

GESTÃO PARA ALÉM DA CULPABILIZAÇÃO: as falácias sobre o FIES segundo a perspectiva de seus beneficiários

AFONSO JOSÉ DUARTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

JOÃO HENRIQUE MACHADO DELGADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

KAIO LUCAS DA SILVA ROSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

GABRIEL FARIAS ALVES CORREIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiameto concedido, uma vez que, este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado financiada pela CNPq.

GESTÃO PARA ALÉM DA CULPABILIZAÇÃO: as falácias sobre o FIES segundo a perspectiva de seus beneficiários

1 INTRODUÇÃO

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado durante o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, através da lei de nº 10.260 de julho de 2001. O objetivo do programa, como consta em seu art. 1º, é a “concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos” (BRASIL, 2001, on-line). No decorrer dos governos do presidente Lula e, principalmente da presidenta Dilma Rousseff, o FIES ganhou destaque. O momento de expansão aconteceu em 2010, quando o FIES passou a ser financeiramente administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Essa mudança significou um aumento no alcance do programa devido à redução das taxas de juros e do fim da exigência de fiadores para alunos de baixa renda (CARVALHO et al., 2020).

Uma das consequências do FIES enquanto política pública pautada em uma lógica de crédito, foi a criação de uma geração endividada. Segundo os dados mais atuais, o saldo devedor dos contratos considerados inadimplentes é 44,7 bilhões de reais, isso significa 53,1% do valor total da dívida do FIES (FNDE, 2022). De acordo com o Diagnóstico FIES (BRASIL, 2017), encabeçado por Henrique Meirelles durante o governo de Michel Temer, uma das principais justificativas para esse alto nível de inadimplência no programa são as falhas que recaem sobre os beneficiários do FIES como responsáveis. Entretanto, essa afirmação carece de fundamentação empírica e emerge, no relatório, como algo dado e sem devida contextualização. Quais são os discursos dos beneficiários sobre o FIES? É possível afirmar que eles não sabiam que estavam assumindo uma dívida? Quais são os pressupostos para que tal afirmação seja feita? O diagnóstico encabeçado pelo governo Temer recorre, em uma de suas partes, a uma narrativa simplista de que os beneficiários são o problema do FIES.

Nossa pesquisa parte de um lugar outro, foi construída com a intenção de incorporar os beneficiários do FIES na investigação do problema público de inadimplência do programa. E, com isso, trazê-los ao centro do debate para contestar a narrativa dominante de culpabilidade dos beneficiários presente no Diagnóstico supracitado (BRASIL, 2017). O que exige abandonar a superficialidade do discurso neoliberal que simplifica a discussão política, econômica e social, e individualiza o fracasso na figura do homem empresa (DARDOT; LAVAL, 2016).

Deste modo, o objetivo deste artigo é analisar as falhas elencadas pelo Diagnóstico FIES 2017 incorporando os beneficiários do programa. Analiticamente, elencamos as falhas do programa apontadas pelo Diagnóstico FIES 2017 como justificativas para a inadimplência e, a partir delas, buscamos analisar se a realidade vivenciada e descrita pelos beneficiários confirma essas falhas e as suas justificativas apresentadas no diagnóstico desnudando a ideologia neoliberal de responsabilização dos beneficiários quantos aos problemas do programa.

Neste estudo qualitativo, a seleção dos participantes concentrou-se nos beneficiários FIES diplomados. Utilizando a técnica de bola de neve para seleção dos participantes, foram entrevistados 7 profissionais por meio de roteiro semiestruturado. Adicionalmente, grupos e comunidades relacionadas ao FIES foram monitorados, principalmente do Facebook, as mensagens desses grupos foram incorporadas na coleta e análise de dados. A análise do discurso, especificamente a abordagem francesa baseada na obra de Bakhtin, foi empregada para explorar significados e interpretações no discurso. A análise centrou-se em quatro categorias de estratégias persuasivas: personagens discursivos, ditos e não ditos, discurso silenciado e escolha lexical.

Apresentaremos, nas próximas páginas, uma contextualização histórica do FIES ressaltando as informações divulgadas pelo Diagnóstico (BRASIL, 2017) feito pelo governo Temer que foram analisadas em nosso trabalho. Em seguida apresentaremos o pensamento neoliberal e a sua lógica individualizante que transfere a responsabilidade pelos erros e fracassos exclusivamente para os sujeitos. Depois, discorreremos sobre nossas opções metodológicas. Na sequência, faremos a análise dos dados coletados em campo utilizando a análise do discurso enquanto ferramenta metodológica para nos auxiliarem. Por fim, apresentaremos nossas conclusões finais e as contribuições da pesquisa.

2 O DIAGNÓSTICO FIES

Após as novas regras de acesso e pagamento do FIES (BRASIL, 2010, 2011), o programa teve um crescimento muito expressivo entre os anos de 2010 e 2014. A quantidade de novos contratos firmados pelo FIES em 2010 foi de 71.133, enquanto em 2014 esse número chegou a 732.686. Mas, a curva de crescimento de novos contratos do FIES caminhou até o ano de 2014, logo em seguida, em 2015, a curva começou a decrescer e a cada ano o número de novos contratos diminuiu (NEVES, 2020). De forma contrária, os gastos com a política aumentavam, e isso se deu pelo fato de que as instituições de ensino superior privadas começaram a fazer campanhas para incentivar alunos já matriculados, e que possuíam condições de pagar suas mensalidades, a aderir ao FIES. Chegaram a existir casos, como a da Faculdade Tijuquissu, em São Caetano do Sul, em que 99,7% dos alunos da instituição eram financiados pelo FIES (BURGARELLI, 2017).

Esta desproporcionalidade, qual seja, gastos aumentando e novas matrículas diminuindo, levou a Secretaria do Tesouro Nacional a assinar dois estudos com o objetivo de analisar o FIES e planejar sua reformulação (BRASIL, 2015c, 2015d). A partir desses estudos, portanto, o FIES foi modificado através das Portarias Normativas nº 8, de 2 julho de 2015 (BRASIL, 2015a), nº 9, de 17 de junho de 2015 (BRASIL, 2015b), e nº10, de 31 de julho de 2015 (BRASIL, 2015b).

Apesar das mudanças realizadas no funcionamento do programa, o FIES ainda passaria por relatorias e fiscalizações de alguns órgãos públicos como o Ministério da Fazenda. De acordo com Neves (2020, p. 243), em 2017, após o golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff, o “discurso dominante já era de desmonte e descrédito ao Programa, vide o título do estudo ‘Fundo de Financiamento Estudantil: ausência de sustentabilidade e suas causas’”. O estudo também é conhecido com Diagnóstico FIES (BRASIL, 2017), ele explica a insustentabilidade do Programa a partir de três categorias, quais sejam, o risco de crédito, o subsídio implícito, e a governança do programa.

Em relação ao risco de crédito, o diagnóstico divide-se em três partes e apresenta primeiro a questão do risco moral do aluno. De acordo com o diagnóstico (BRASIL, 2017, p.11) os alunos que participam do FIES têm pouca clareza “sobre a natureza do crédito que está recebendo”, ou seja, não entendem que estão ganhando um financiamento e, na verdade, pensam que ganharam uma bolsa de estudos. Além disso, “o aluno tem dificuldade em saber quanto está seu saldo devedor e como este evolui”, e somado ao fato de que a dívida do FIES não tem prioridade frente ao aluguel, a luz, ao cartão de crédito, etc., a inadimplência tende a crescer.

Na segunda parte da sua análise do risco de crédito, é elencado o problema identificado como Risco Moral das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Basicamente, o diagnóstico aponta para o fato de que o Estado contribui com mais de 90% do seguro de empréstimo, o FG-FIES. De acordo com o Relatório Anual de Atividades do FG-FIES de 2021, o Estado continua a contribuir com mais de 90% do seguro de empréstimo. Quando o risco da dívida é concentrado no Estado, duas consequências são apontadas pelo Diagnóstico: 1) a seleção indiscriminada de alunos em IES privadas; e 2) o desincentivo à qualidade dos cursos

oferecidos nessas instituições. Apesar disso, de acordo com o Relatório Anual de Atividades do FG-FIES de 2021, o Estado continua a contribuir com mais de 90% do seguro de empréstimo.

Para finalizar, o Diagnóstico FIES (BRASIL, 2017) identifica uma falha em relação a governança do programa, apontando que existe uma falta de informação dos beneficiários, e que por esse motivo eles perdem a chance de conseguir descontos e também de monitorar aumentos indevidos nas mensalidades. De acordo com o diagnóstico, o custo médio do aluno FIES fica acima do custo médio do aluno não FIES. A causa desse problema estaria, sem grandes surpresas, na displicência do beneficiário que, confortável em ter o Estado pagando sua mensalidade, não se preocupa em monitorá-la.

De diferentes maneiras, o Diagnóstico FIES expressa a mentalidade neoliberal ao articular discursos que responsabilizam o indivíduo e deslegitimam o Estado. Nesse sentido, a próxima seção objetiva discutir o neoliberalismo e trazer elementos que fundamentam a perspectiva adotada no diagnóstico. Mesmo sem explicitar uma base de dados empíricos, os discursos mobilizados na análise do FIES evidenciam a construção do beneficiário como um sujeito neoliberal, sem levar em consideração a complexidade das relações sociais que o permeiam.

3 NEOLIBERALISMO E A CULPABILIZAÇÃO DOS SUJEITOS

O neoliberalismo traz consigo um ideal de competição muito radicalizado (DARDOT; LAVAL, 2016) e que tem a informação, o conhecimento como principal item de disputa (CHAUÍ, 2014). Em um mundo regido por essas regras, a possibilidade de acesso à informação e formação é o que nivela, pelo menos teoricamente, uma sociedade mais justa ou menos justa. É possível inferir, dessa forma, a importância que uma política pública, como o FIES, tem e teve para a democratização do ensino superior no Brasil, apesar dos problemas causados por ela, como o alto nível de inadimplência.

De maneira breve, o neoliberalismo surgiu a partir de um esforço para refundar o pensamento liberal do final do século XIX e início do século XX que já não conseguia mais lidar com a dinâmica social trazida pela revolução industrial e pelo processo de urbanização (DARDOT; LAVAL, 2016). A ideia de que o *laissez-faire* e o individualismo eram leis e condições naturais que levariam o homem a sua melhor organização e desenvolvimento já não se sustentava frente a mazelas econômicas e, conseqüentemente, sociais (KEYNES, 1983).

O neoliberalismo como é conhecido atualmente ganha forma a partir de 1947 com a criação da sociedade de Mont Pélérin. Em sua existência teórica mais recente, o neoliberalismo é representado, principalmente, pelo pensamento dos teóricos austríacos Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek (CHAUÍ, 2014). Podemos dizer, de maneira geral, que o neoliberalismo resgatou pensamentos liberais clássicos, mas que radicalizou ao extremo alguns deles, como a competição e a rivalidade (DARDOT e LAVAL, 2016).

O pensamento do neoliberalismo está imbricado na teoria do capital humano, que opera uma mutação epistemológica no seio da análise econômica clássica (FOUCAULT, 2008). Essa teoria é a responsável por reerguer a ideia do *homo economicus*, utilizada pelo liberalismo clássico, mas com algumas alterações. Antes de ser só um indivíduo racional que faz escolhas pensando em maximizar seu bem-estar, o novo *homo economicus*, renascido pela teoria do capital humano, supõe um indivíduo que administre sua vida como se fosse uma empresa, ou seja, “o próprio trabalhador aparece como uma espécie de empresa para si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 310). Sendo ele uma empresa, se quiser sobreviver no mercado, está submetido à lógica da competição e da concorrência, e também está sujeito a colher os frutos que suas próprias capacidades/competências são capazes de lhe oferecer.

Mais recentemente, Marilena Chauí (2014) traduz essa herança neoliberal ao dizer que vivemos em uma sociedade do conhecimento pautada por uma ideologia da competência, que pode ser vista como um desdobramento da teoria do capital humano e de um sujeito neoliberal

que busca, incessantemente, a melhor versão de si. Assim, a dominação neoliberal não se restringe à política econômica de ajuste fiscal e fobia do Estado, embora estes sejam elementos fundamentais de sua construção discursiva (FOUCAULT, 2008), mas alcança os mais variados processos de subjetivação e de interação social (DARDOT; LAVAL, 2016). Nesse sentido, a educação é reduzida pelo processo de aquisição de competências que aumentam o capital do sujeito-empresa, de modo que aprender se torna sinônimo de empreender (SOLER et al., 2022).

Embebido na racionalidade neoliberal, o crescimento vertiginoso de instituições privadas de ensino atende à demanda de qualificação para o mercado de trabalho, e não necessariamente a de uma formação crítica e cidadã. Dessa forma, o Ensino Superior é atravessado por interesses empresariais e de grandes grupos educacionais privados. Santos, Chaves e Paixão (2021) entendem que, no Brasil, o FIES é uma política pública que atende a esses interesses empresariais e contribui para o processo de financeirização do Ensino Superior. Para os autores, o elevado gasto público com o FIES não é revertido em qualidade de ensino em IES privadas, mas o programa é fortemente defendido por congressistas e senadores que compõem o lobby de empresários da educação (SANTOS; CHAVES; PAIXÃO, 2021). Nesse sentido, o aumento da escolaridade média dos brasileiros torna-se um discurso que sensibiliza a população, mas que é instrumentalizado no jogo político do qual o FIES faz parte.

Não se trata, em absoluto, de promover um desmonte de políticas públicas como o FIES. Reconhecer sua estreita relação com ideais neoliberais implica buscar caminhos que rompam com a submissão do Estado aos interesses privados, bem como reposicionar o programa de modo a atender as expectativas de um ensino com qualidade. Em termos do direito à educação, isso significa um desafio duplo de rever os princípios de uma educação ligada aos modos de vida empresariais (SOLER et al., 2022) e de rever o papel do Estado como um ator central em uma rede de governança (SANTOS; CHAVES; PAIXÃO, 2021).

4 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, que compreende a produção do conhecimento não como uma apropriação linear da realidade e de seus modos de apresentação, mas como uma construção interpretativa que permite confrontar o pensamento (teoria) com a multiplicidade de eventos investigados (empíria) (REY, 2005). Os estudos qualitativos são caracterizados pela preocupação central em estudar e analisar o mundo empírico em seu ambiente natural. Essa abordagem enfatiza o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada (GODOY, 1995).

Foram realizadas duas coletas distintas: 1) entrevistas com pessoas que já foram beneficiárias do FIES e 2) publicações e comentários de participantes de um grupo organizado no Facebook, composto por estudantes e beneficiários do FIES. Buscando uma avaliação que dê voz ao homem comum (CERTEAU, 1994) e observe a realidade por outra perspectiva, que não a do dominador, foram selecionados como os sujeitos desta pesquisa profissionais que se graduaram como beneficiários do FIES. Para essa seleção, utilizamos a técnica de saturação teórica, a bola de neve (VINUTO, 2014). Inicialmente, estabelecemos contato com um informante-chave, solicitando-lhe a indicação de novos contatos com o perfil desejado. A esses novos contatos também solicitamos indicações adicionais, criando uma cadeia de referências que nos permitiu acessar as pessoas do grupo estudado, viabilizando a coleta de dados. Ao todo, 7 profissionais foram entrevistados, conforme consta na Tabela 1 a seguir. O número de entrevistados foi determinado pela saturação teórica das respostas, quando as respostas se tornavam repetitivas e não traziam elementos novos ou relevantes para o estudo.

As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro semiestruturado com perguntas relativas às falhas apontadas pelo Diagnóstico FIES, o qual pode ser ajustado, permitindo maior interação entre o entrevistador e o entrevistado, e ampliando a discussão e a coleta de dados (BONI; QUARESMA, 2005). Todas as entrevistas foram gravadas mediante a

autorização formal dos participantes, transcritas e submetidas à conferência de fidedignidade com relação à gravação. Todo o processo da pesquisa preservou o anonimato dos participantes, os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios, e informações sensíveis foram omitidas.

Tabela 1- Identificação dos entrevistados

Nome fictício	Cor ou raça/etnia	Graduação	Ano de adesão ao FIES
Maria	Preta	Relações Internacionais	2014
Clara	Branca	Fisioterapia	2016
Sara	Parda	Fisioterapia	2016
Lucas	Branco	Medicina	2013
Carlos	Branco	Medicina	2013
Isabella	Branca	Engenharia Civil	2018
Aline	Parda	Engenharia Civil	2012

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Paralelo ao andamento das entrevistas, buscamos grupos ou comunidades do FIES no Facebook, no Twitter e no Instagram. Foram encontrados grupos relativamente organizados de beneficiários do FIES insatisfeitos com o programa. Os grupos encontrados, somados, possuem mais de 50 mil participantes. Nas demais redes sociais foram identificadas somente algumas páginas sobre o assunto, mas nenhuma com movimentações frequentes e ou um número significativo de participantes. Depois do acompanhamento dos grupos, visto o modo com que as mensagens veiculadas entre os participantes eram diretas, possuíam um tom mais incisivo e de indignação, além das entrevistas, essas mensagens das publicações e comentários postados nos grupos do Facebook monitorados foram incorporados à coleta e análise de dados. Os nomes dos perfis foram omitidos para proteger a identidade dos usuários.

Para analisar os dados coletados, utilizamos a análise do discurso, uma vez que ela permite explorar os sentidos e as interpretações que podem ser percebidas no discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Apesar de existirem múltiplas vertentes da análise do discurso, todas estão alinhadas em torno da ruptura com a pretensa neutralidade da linguagem, assumindo o discurso como uma prática que constrói a vida social (GILL, 2002). Neste trabalho, utilizamos a análise do discurso francesa, a qual possui suas bases na obra de Bakhtin (2006). Sendo assim, consideramos que as informações coletadas são produtos da interação do locutor (enunciador) e do ouvinte. Para Bakhtin (2006, p. 116): “a situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação”. No que diz respeito às situações distintas de enunciação deste estudo (uma encontrada no momento da entrevista e outra nas redes sociais), essa vertente da análise do discurso parece mais adequada para captar as diferenças na forma como as respostas ao debate acerca do FIES se dão. Enquanto as entrevistas estabeleceram uma relação direta e contratual, por assim dizer, entre nós, pesquisadores e entrevistados, os discursos coletados nas redes sociais deram-se por uma

relação espontânea entre pessoas que se encontram em uma mesma situação, qual seja, de insatisfação com o FIES.

Utilizamos quatro categorias de estratégias persuasivas do discurso, trabalhadas por Faria e Linhares (1993) para a análise. A primeira delas é “personagens discursivos”, a partir da qual são identificados os enunciadores do discurso. A segunda delas é o “dito e o não dito”, que se caracteriza como a relação entre o posto (o que foi falado) e o pressuposto (está contido no que foi falado). A terceira delas é o “silenciado”, e se refere ao pensamento ideológico que se esconde por trás do discurso, aquilo que não está explícito na fala do sujeito, mas que sustenta e a organiza. O silenciamento no discurso é uma estratégia persuasiva, que “é a prática dos processos de significação pelos quais ao dizer algo apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis numa situação discursiva dada” (FARIA E LINHARES, 1993, p. 36). Por fim, a quarta e última categoria é a “escolha lexical”, usada, por exemplo, para distanciar o discurso de determinados grupos sociais, ou situá-lo em determinado campo de discussão.

5. O DIAGNÓSTICO FIES SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS

5.1 Bolsa de Estudos ou Financiamento?

Quando nos deparamos com a justificativa de risco de crédito apresentada pelo diagnóstico, que culpabiliza os beneficiários por não saberem que o programa é destinado a financiar a graduação na educação superior mediante a concessão de financiamento e não de uma bolsa de estudos, buscamos confrontar essa afirmativa mediante a inclusão em nosso roteiro de entrevistas de perguntas que levassem o entrevistado a responder, direta ou indiretamente, sobre essa questão. As respostas foram unânimes: todos os entrevistados afirmaram ter ciência de que o que assinaram quando contrataram o FIES foi um contrato de financiamento da graduação. Vejamos, por exemplo, trechos da entrevista de Aline, mulher jovem, parda, graduada em engenharia civil:

*Eu soube pela própria faculdade que tinha esse **financiamento**, aí, na época,... eu conversei com os meus pais e a gente decidiu fazer por esse **financiamento**. [...] quando eles me chamaram pra matricular eles já falaram logo sobre o FIES, que era o novo programa do governo e foi assim que começou. Foi pela própria faculdade (Aline).*

No fragmento discursivo de Aline, além de se mostrar consciente do FIES enquanto financiamento, e das condições oferecidas pelo programa, aquilo que foi dito reforça o papel das faculdades privadas na divulgação do programa. É possível perceber que a entrevistada faria sua matrícula sem sequer saber da existência do FIES, o que deixa implícito que ela faria sua matrícula independentemente do programa. Dessa forma, é o setor de matrículas da faculdade que apresenta à futura aluna a possibilidade de adesão ao financiamento estudantil.

Retomando a questão do risco moral apresentado pelo Diagnóstico FIES (2017), selecionamos aqui outros trechos das entrevistas que deixam explícito o fato de os beneficiários do programa tinham consciência da dívida que estavam assumindo mediante o financiamento da graduação:

*Tinha, eu tinha ciência das cláusulas do contrato. Teve algumas coisas que eu não tinha ciência, mas, por exemplo, que eu teria uma dívida sim (Maria).
Sim, eu sabia que era um financiamento (Clara).
(Em algum momento você pensou que estava ganhando uma bolsa?) Não, não pensei que estava ganhando uma bolsa. Isso não (Lucas).
(Você sabia que era um financiamento?) Desde o começo eu sabia que era um financiamento (Aline).*

Sim, sabia sim. Eu sabia que tinha as prestações, sabia que era um financiamento que eu teria que pagar depois (Sara).

Sim [...] eu sabia que existia uma dívida, que você pagaria de forma parcelada e com juros baixos (Carlos).

Quando os discursos dos beneficiários são trazidos em questão, algumas das explicações oficiais do governo (BRASIL, 2017) tornam-se imprecisas. Embora haja falhas de comunicação e nem sempre alguns termos do contrato sejam compreendidos, todos os entrevistados e os participantes dos grupos on-line assumem a posição de sujeitos beneficiários de um financiamento que tornaram-se endividados. Observamos que a dívida não implica somente em uma negociação contratual e objetiva, como também em uma negociação mais complexa e que atravessa o processo de subjetivação desses sujeitos. Aqui, resumimos dois grandes grupos de enunciados que informam os modos como a dívida é vivenciada.

O primeiro deles remete a um mecanismo de compensação: sendo a posição de endividamento socialmente estigmatizada, é possível que exista uma tentativa de compensar essa percepção pela promoção de si como sujeito valoroso, compromissado e responsável (C4 e C5). Nesse sentido, há uma defesa ideológica da razão neoliberal, que responsabiliza o indivíduo pelo próprio fracasso, sem que se considere o cenário social como um todo. É exatamente por isso que alguns personagens podem soar tão rígidos com relação às regras dos contratos e defender, moralmente, o compromisso com a dívida, independente da realidade social de cada sujeito.

Um segundo grupo de enunciados denunciará o contexto social de produção da dívida. Alguns personagens (P1, C1, Sara, Maria e Isabella) se reconhecem como sujeitos e sujeitas endividados, mas resgatam elementos que complexificam a análise da inadimplência, como a dificuldade de obter uma boa remuneração. Ao relatarem a própria condição de trabalhador precarizado, essas pessoas expõem a fragilidade da lógica meritocrática que promove o ensino superior como uma garantia de melhores salários. Sob a ótica neoliberal, novas competências e habilidades são exigidas para justificar a precarização do trabalho, o que cria um cenário de exploração ainda mais intensa dos trabalhadores.

5.2 É preciso selecionar melhor?

Outro problema identificado pelo Diagnóstico FIES (BRASIL, 2017, p.12) é referente a seleção dos beneficiários. O que propõe o diagnóstico é que o Estado, arcando com praticamente toda responsabilidade fiscal, “retira os incentivos de tais instituições (IES privadas) [...] na seleção do aluno com potencial de aprendizagem”. Dito de uma outra forma, faculdades devem selecionar alunos que tenham um maior potencial de alcançar grandes remunerações no futuro. A questão, agora, seria decidir qual o método capaz de selecionar esses alunos.

Durante nosso monitoramento dos grupos do Facebook, nos deparamos com o seguinte diálogo:

P1: Enquanto eu não trabalhar na área de formação recebendo no mínimo uns 3 salários, eu não pago FIES!

*C1: No contrato não tinha nenhum seguro dizendo que se eu não conseguisse emprego na área o governo ia me pagar. **Estamos todos inadimplentes e fora da razão. Tão difícil de assumir né?***

*C2 (réplica à C1): com certeza você tem alguém que pague a sua dívida caso você não consiga um emprego decente neh!? **Mas tem pessoas como eu que mal consegue se alimentar com o que ganho, o que dirá pagar esse FIES maldito que me deixou em depressão... Não tenho ninguém que possa me dar uma bala caso eu perca o emprego***

*C1(tréplica ao comentário C2): não. **Só não fico me enchendo de razão achando que estou certa. Fiz uma dívida sem pensar e não consegui arcar com ela. Não é culpa do banco nem do mercado de trabalho. A culpa é minha. Assume a porra e***

pronto! Gente chata. não tem ninguém pra te dar uma bala e assumiu um financiamento caro desses? Tu não tens noção de economia minha filha? Quando tu fez achou que o diploma faria cair dinheiro do céu? Pensasse nisso antes!

*C3: Pessoal, eu sigo pagando. Estava ciente quando assinei. É questão de **compromisso e responsabilidade** com meu nome.*

*C4: eu sigo pagando também, apesar de estar em contrato que era 300,00 e o veio pra pagar 500,0 sem nenhuma explicação, é minha prioridade, **deixo de comprar algo pra pagar ele**, principalmente por conta de fiador.*

Os personagens desse diálogo assumem diferentes posições de enunciação. Enquanto o responsável pela postagem (P1) e C2 partem de um lugar de vulnerabilidade dos endividados, C1, C3 e C4 reforçam a responsabilidade individual pela dívida. Embora a argumentação de C1 parta da noção de um contrato, sua réplica à C2 evidencia a tentativa de desqualificação do outro. Ao mesmo tempo que C1 e C2 se aproximam na posição de inadimplentes, a distinção realizada por C2 é moral entre aquele que paga e assume a culpa e uma "gente chata", cujo discurso é deslegitimado sob pretensa irracionalidade.

Os personagens C3 e C2 reforçam a posição de que o beneficiário é responsável pela dívida, mas trazem elementos a serem considerados. Em C3, a construção de uma imagem positiva sobre si (compromissado e responsável) medeia a decisão de pagar a dívida, mas deixa subentendido que há condições para fazê-lo. Já C4 evidencia algum esforço para pagar a dívida, que é tornada prioridade sob a condição de prejudicar seu fiador. Nesse sentido, os discursos de C3 e C4 revelam que a construção subjetiva do sujeito endividado se dá em meio a relações sociais, por mais que a lógica individual de internalização da culpa seja sua primeira camada. Seja na forma como este sujeito se apresenta na sociedade, como compromissado e responsável (C3), ou no contrato psicológico firmado com o fiador (C4), a dívida toca em aspectos sensíveis da dinâmica social.

Do outro lado dessa situação enunciativa, P1 e C2 também revelam aspectos sobre o impacto da dívida na vida dos beneficiários do FIES. Aqui, a argumentação gira em torno de um pressuposto não dito: a precarização das condições de trabalho e o aumento da exploração no mercado de trabalho. Mesmo graduados, nem todos conseguem um emprego decente (C2), e a obtenção do diploma já não mais assegura uma remuneração suficiente para arcar com a dívida. Embora isso seja desprezado na argumentação dos outros personagens desse diálogo, a precarização do trabalho se torna indispensável para refletir criticamente acerca da inadimplência e de políticas públicas baseadas no crédito.

Nas entrevistas, conforme este fragmento ilustra, também foram identificadas situações que reforçam a vulnerabilidade do beneficiário:

*Minha profissão é um pouco mais complicada de você entrar no mercado de trabalho rápido. Eu dei sorte, vamos dizer assim. Eu dei sorte de entrar logo, porque eu tinha conhecidos que puderam me dar um trabalho. Falando da minha profissão, foi e está sendo muito difícil. **Então, ainda não estou conseguindo ter um retorno bom com minha profissão** (Sara).*

No caso de Sara, conseguir um emprego rápido é tido como uma exceção, ou, em suas palavras: "sorte". Isso deixa implícito que a regra é o desemprego e, nesse sentido, as dificuldades vivenciadas no mercado de trabalho têm relação direta com a incapacidade de pagar a dívida do FIES. Sua fala desmonta a superficialidade dos discursos que tendem a simplificar os problemas sociais, políticos e econômicos a partir da centralização dos fracassos no indivíduo. Ao trazer o discurso sobre a sorte, a entrevistada evidencia que o sucesso não depende apenas de competência individual. Ressaltamos o fato de que, mesmo empregada, Sara julga não ter o retorno que espera com sua graduação, o que indica a exploração e degradação no mercado de trabalho, mesmo para aquelas e aqueles que escaparam do desemprego.

O discurso de Maria reforça a fala de Sara e traz novos elementos:

*Quando eu fui procurar emprego, assim, antes de ser contratada no meu estágio, eu procurei em várias áreas diferentes, porque **em muitos lugares eles estavam pagando muito pouco e exigindo muita coisa da pessoa**. Então, por exemplo, você tem que ter inglês, você tem que ter espanhol, ter experiência na área e vou te dar aqui um salário mínimo, entendeu? (Maria).*

Chamamos a atenção, aqui, para a exploração praticada no mercado de trabalho, em que são exigidas muitas qualidades técnicas do profissional, mas sem que implique em uma boa remuneração. A partir das entrevistas, notamos que os discursos dos sujeitos endividados revelam a complexidade de se viver com a dívida, especialmente quando não são oferecidas boas condições de trabalho ou de remuneração. No discurso de Isabella, a situação descrita por Maria e Sara é novamente reforçada:

*Quando me formei, o mercado [de trabalho] também estava baixo, né? Acho que demorou em torno de um ano, um ano e pouco ali pra começar a se reerguer e logo as primeiras oportunidades.... também **foi muito sofrido, porque os salários eram muito baixos e com essa dívida preocupava**. Então a gente acabava aceitando, né? [...] **Você acabava aceitando alguns salários que às vezes eles te forçavam a pegar ali porque sabiam que o mercado estava complicado e muita gente ali querendo pegar**. Porque eu tinha a dívida para pagar e foi a minha maior preocupação. Até os dias de hoje é isso, né? (Isabella).*

Diferentemente da forma como Maria relatou os empregos com baixos salários, Isabella traz em seu discurso acusações em relação aos empregadores. Diante daquilo que é dito, os baixos salários são percebidos como propositais, porque, havendo um grande excedente de mão de obra disponível, eventualmente, os trabalhadores precisam se submeter a piores condições de trabalho. Assim, o pressuposto implícito dessa afirmação é que o mercado de trabalho nem sempre é o local de justiça social, mas de reprodução de assimetrias históricas entre trabalhador e empregador. Sob o neoliberalismo, a racionalidade econômica do mercado é transformada em princípio da gestão social e desmonta a referência de responsabilidade pública para instituir a responsabilidade moral privada (DAGNINO, 2004).

Também é preciso desvelar o que está além da superficialidade da estratégia do Diagnóstico FIES (BRASIL, 2017) de individualizar a culpa nos beneficiários. O sucesso profissional dos beneficiários não depende só de ter uma graduação e ser competente, é preciso contar com a sorte e com a disponibilidade de vagas minimamente decentes, como nos contam Sara, Maria e Isabella.

5.3 Eles não buscam informações?

O último problema que analisaremos listado pelo Diagnóstico (BRASIL, 2017) diz respeito à “passividade” dos beneficiários que, acomodados com o Estado assumindo toda a responsabilidade pelo pagamento da mensalidade, não buscam informações sobre o contrato e ou sobre os preços praticados pelas IES. De maneira geral, o Diagnóstico (BRASIL, 2017) aponta para uma falta de informação por parte dos beneficiários que justifica-se pelo seu descaso para com o programa.

Durante a coleta de dados, alguns dos discursos dos entrevistados, bem como fragmentos discursivos retirados do Facebook, evidenciaram que existe uma preocupação por parte dos beneficiários em buscar informações sobre o programa, mas que não é correspondida pelas outras partes do FIES (IES, Governo, Bancos). No fragmento discursivo a seguir esta questão aparece de forma explícita:

Quando você chegava com dúvidas que você tinha do portal ou no banco ou na universidade, eles não conseguiam te informar. Inclusive eu fui essa semana retrasada, porém o banco não sabe me informar sobre nada. Eu acho que é muito despreparo da questão do banco também em auxiliar quem tem dúvida (Isabella).

É evidente, no “dito” do discurso de Isabella, que existe uma frustração em relação ao acesso às informações. Em seu discurso, aparecem os “personagens” universidade (IES) e o banco (agente financeiro), são eles, segundo Isabella, que não fornecem as informações requisitadas. O que também é notório é o modo com que a entrevistada, enquanto beneficiária, busca ativamente informar-se sobre questões a respeito das quais possui dúvidas.

No discurso de Clara, essa frustração em relação às informações também aparece:

É tudo muito difícil você ter informação, porque você liga na Caixa, você não consegue falar com eles. Até então, eu não sabia quando ia começar a descontar meus boletos (Clara).

Diferente do que relata Isabella em seu discurso, Clara afirma, no que está “dito” por ela, que não consegue sequer entrar em contato com o agente operador de seu contrato, a Caixa. Mais uma vez, o banco aparece enquanto “personagem” que falha em fornecer informações. No fragmento discursivo retirado da entrevista com Lucas, esse problema, e esse “personagem”, aparecem mais uma vez:

É bem difícil, porque essa coisa, essa parte bancária, é bem difícil, assim esse contato. Tem muito pouco funcionário eu acho, pra atender esse povo todo (Lucas).

Existem dois pontos no discurso de Lucas que chamaram nossa atenção, o primeiro deles é a justificativa dada para os problemas de atendimento e conseqüentemente informação. A partir do que é dito em seu discurso, é possível perceber que, para Lucas, a estrutura de atendimento aos beneficiários do FIES dentro do banco é insuficiente. A segunda questão diz respeito à sua escolha lexical, especificamente o uso da expressão “esse povo todo”. Da forma como constrói sua fala, Lucas silencia a figura do beneficiário, uma vez que o “povo” são os beneficiários de uma política pública, são cidadãos que precisam ter seus direitos atendidos.

Partindo para os fragmentos discursivos retirados dos grupos do Facebook, também é possível observar o mesmo problema se repetir:

P2: Alguém poderia me ajudar? Um tempo atrás fui ao banco para ver como funcionava para começar a pagar as mensalidades que financiei e me disseram que ainda não estava disponível! hoje eu entrei no site e apareceu que eu tinha um boleto já em atraso!

C5: Entrei em contato com a Caixa para alterar a data de vencimento que é dia 05 e até hoje não me responderam nada. Incrível o descaso tanto do banco, quanto do FNDE... Zero suporte desde o início do contrato.

Segundo o primeiro fragmento discursivo da publicação P2, o beneficiário em questão teve a iniciativa de entrar em contato com o banco para assegurar o pagamento das parcelas. Podemos perceber, a partir do que está “dito” em sua fala, que a informação que ele recebeu não condiz com a real situação de seu contrato. Ele foi informado que o pagamento ainda não estava disponível, mas pouco tempo depois é surpreendido com um boleto atrasado. Pelo contexto do fragmento discursivo selecionado, é possível inferir que as datas referentes aos pagamentos foram “silenciadas” pelo funcionário que o atendeu. Afinal, quaisquer juros aplicado aos clientes implica em mais lucros para o banco. O segundo fragmento discursivo, C5, é um comentário feito por outro internauta na publicação de P2. Resgatamos esse comentário porque ele reforça a situação de negligência em relação à prestação de informações aos beneficiários e também porque ele traz um novo “personagem”, o FNDE. Pelo o que é

“dito” no C5, existe um descaso para com os beneficiários do programa que, buscando por informações e ajuda, acabam ignorados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das falhas elencadas pelo Diagnóstico FIES 2017 incorporando os seus beneficiários aponta a inconsistência dos argumentos presentes no documento. Os discursos produzidos pelos beneficiários que foram entrevistados contrapõem a ausência de conhecimento por parte dos beneficiários em relação à natureza do programa, a seleção displicente de qualquer aluno, e a passividade, também por parte dos beneficiários, em buscar informações sobre o contrato.

Em relação ao desconhecimento da natureza do contrato e à passividade em buscar por informações, nossa pesquisa desnudou a realidade hostil na qual vivem os beneficiários do FIES. Além do fato de que os entrevistados preocupam-se em entender e saber sobre o contrato de financiamento firmado com o programa, o que contraria o Diagnóstico FIES, nossa análise evidencia que há, na realidade, uma obstrução dessas informações. Seja por parte dos agentes financeiros (bancos), pelas IES privadas, ou até mesmo pelo governo, os beneficiários do programa não conseguem sanar suas dúvidas ou o fazem mediante muita insistência.

Quando discutimos a questão relativa à seleção displicente de alunos por parte das IES privadas, demonstramos a complexidade política, econômica e social que acompanha este assunto. O argumento utilizado pelo Diagnóstico faz uma associação implícita entre competência e empregabilidade atribuindo a questão da inadimplência aos beneficiários do programa. A análise realizada demonstra, por outro lado, que existe uma precarização das relações de trabalho que não diz respeito à competência individual dos beneficiários.

Nossa pesquisa partiu de um olhar micro, da realidade vivenciada pelos beneficiários do FIES e dos discursos que são por eles produzidos a partir dela para, assim, analisar as falhas de gestão apresentadas pelo Diagnóstico FIES. Demonstramos, dessa forma, que, em grande medida, as falhas elencadas pelo governo Temer em 2017 aproximam-se de uma interpretação neoliberal que não dá (e não pode dar) conta da complexidade dos elementos envolvidos em uma política pública de acesso e permanência no ensino superior como o FIES. O que representa um perigo real para uma agenda de desenvolvimento socialmente justo e inclusivo. Culpabilizando o indivíduo e transferindo à ele a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso de sua vida, a ideologia neoliberal pode cumprir o papel de justificar medidas de desmonte de políticas públicas e austeridade fiscal.

Nossa intenção é demonstrar que a administração pública não pode valer-se de diagnósticos rasos e simplistas, construídos a partir de um imaginário neoliberal de que os cidadãos são os próprios culpados pelo fracasso da gestão das políticas que deveriam atender aos seus interesses. Pelo contrário, a administração pública deve sempre levar em conta a complexidade da realidade social em seus matizes, que podem influenciar diretamente o desenvolvimento das políticas públicas. Para além disso, nossa pesquisa ressalta a importância de se pensar e analisar a gestão pública de uma perspectiva participativa (*bottom-up*), dando ouvidos, sobretudo, àqueles que estão diretamente envolvidos, como os beneficiários e os agentes que estão na linha de frente da execução das políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 Brasília, 2001a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10260-12-julho-2001-329619-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2023

BRASIL. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências). Brasília, 2010b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12202-14-janeiro-2010-600572-publicacaooriginal-122481-pl.html>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro- Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília, 2011a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12513-26-outubro-2011-611700-publicacaooriginal-134061-pl.html>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL, Ministério da Fazenda. **Diagnóstico FIES**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 8, de 2 de julho de 2015. Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2015 e dá outras providências. Brasília, 2015a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17718-port-norm-8-fies-3julho&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 10, de 31 de julho de 2015. Altera dispositivos das Portarias Normativas MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010, nº 10, de 30 de abril de 2010, nº 15, de 8 de julho de 2011, nº 25, de 22 de dezembro de 2011, e nº 22, de 29 de dezembro de 2014, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. Brasília, 2015 b. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria_normativa_n10_30042010.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL, Ministério da Fazenda. Financiamento estudantil: indicadores e insights sobre a focalização do programa. **Boletim de Avaliação de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 1–14, 2015. c. Disponível em:

<https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:30717>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL, Ministério da Fazenda. Financiamento estudantil - insights sobre as condições de financiamento e o risco fiscal. **Boletim de Avaliação de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 1–10, 2015. d. Disponível em:

<https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:28268>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BURGARELLI, R. Explosão e implosão do Fies: Como o ensino superior privado virou o centro dos gastos com educação do governo federal. In: MARINGONI, Gilberto (Ed.). **O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco**. São Paulo: Olho d'água, 2017. p. 37–54.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.

CARVALHO, M. S. et al. Financeirização da educação superior no Brasil: inadimplência e programas educacionais nos anos 2000. **Trabalho & Educação**, v. 29, n. 2, p. 105-120, 2020.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**, v. 2, p. 14-29, 1994.

CHAUÍ, M. **A ideologia da competência: Escritos de Marilena Chauí, vol. 3**. Autêntica, 2014.

DAGNINO, E. Confluência Perversa. **Deslocamentos de Sentido, Crise**, 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

FARIA, A. A. M; LINHARES, P. T. F. S. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. **Análise de discursos sedução e persuasão**. Belo Horizonte: Cadernos de Pesquisa NAPq-Fale-UFMG, 1993.

FNDE, Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil. **Nota Técnica nº 3293985/2022/COFIN/CGSUP/DIGEF** –Dispõe sobre o Plano Trienal do Fundo de Financiamento Estudantil para o período de 2023 a 2025. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies/comite-gestor-fies-cg-fies/2022/SEI_FNDE3293985_2022_COFINCGSUPDIGEFNotaTcnica.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GILL, R. Análise de discurso. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, v. 2, p. 512, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

KEYNES, John Maynard. **O fim do “laissez-faire”**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4312431/mod_resource/content/1/KEYNES%2C%20John%20M.%20-%20O%20fim%20do%20laissez-faire%201926.pdf . Acesso em: 20 jan. 2022

NEVES, R. M. das. Fundo de financiamento estudantil (FIES) como política pública: implementação e transformações para a educação brasileira (1999-2020). 2020.

REY, F. L. G. . **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. Editora Pioneira Thomson Learning, 2005.

SANTOS, A. V.; CHAVES, V. L. J. ; PAIXÃO, D. L. L. . O jogo político do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)(2010-2016). **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.

SOLER, R. D. V. Y. et al. Foucault, a educação e o neoliberalismo. **Educação em Revista**, v. 38, 2022.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.